

Teresa Madeira da Silva
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
DINÂMIA-CET-IUL, Lisboa, Portugal

teresa.madeira@iscte.pt

A cidade de São Tomé no Quadro das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa

Esta comunicação trata da evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé desde a sua génese no século XV, até meados do século XVII, através da abordagem comparativa das morfologias urbanas de quatro cidades insulares atlânticas de origem portuguesa: Funchal (no arquipélago da Madeira), Angra do Heroísmo (nos Açores), Ribeira Grande (em Cabo Verde) e São Tomé (em São Tomé e Príncipe). A reflexão sobre o estudo morfológico destes núcleos urbanos pressupõe, como hipótese de partida, a possibilidade de encontrar uma especificidade nas fundações urbanas portuguesas. Neste sentido, procura-se enunciar um conjunto de características comuns às quatro cidades e, deste modo, incluir a cidade de São Tomé no quadro das formas urbanas típicas estabelecidas para as cidades insulares atlânticas de origem portuguesa.

Palavras-chave: São Tomé, cidade portuguesa, urbanismo de origem portuguesa, ilhas atlânticas, morfologia urbana

São Tomé city in the framework of the Portuguese Atlantic Island Cities

This paper deals with the evolution of the urban plan of the city of Sao Tome since its origins in the 15th century, until the mid-17th century, through the comparative approach of urban morphologies of four Atlantic island cities of Portuguese origin: Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo (Azores), Ribeira Grande (in Cape Verde) and São Tomé (São Tomé and Príncipe). The reflection on the morphological study of urban cores as hypothesis assumes, as a starting point, the possibility of finding a specificity in Portuguese urban foundations. In this sense, this reflection seeks to enunciate a set of characteristics common to the four cities and thus include the city of São Tomé in the context of typical urban forms, established for the Atlantic island cities of Portuguese origin.

Keywords: São Tomé, portuguese city, urbanism of Portuguese origin, atlantic islands, urban morphologic

Introdução

Para o estudo da cidade de São Tomé no contexto das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa escolhemos, como modelo comparativo, três cidades insulares de origem portuguesa; o Funchal no arquipélago da Madeira, Angra do Heroísmo no arquipélago dos Açores e a Ribeira Grande no arquipélago de Cabo Verde. A escolha destas cidades, dentro do contexto insular atlântico, deve-se aos factores que lhes conferem uma maior importância em termos urbanísticos. Para além de outros, a localização, a dimensão, o papel que desempenharam, e as transformações que se operaram desde as primeiras ocupações até aos nossos dias, deram a estas cidades uma importância e um significado que, tanto em termos históricos como, em termos urbanísticos têm sido motivo de reflexão e análise para a compreensão do urbanismo de origem portuguesa. Através da análise da evolução do traçado urbano e de alguns elementos da morfologia do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos), apreendeu-se um conjunto de traços comuns a estas três cidades. Para o estudo da cidade de São Tomé no contexto das ilhas atlânticas de origem portuguesa tornou-se necessário estabelecer três fases distintas que estabelecem diferentes modos de crescimento da cidade.

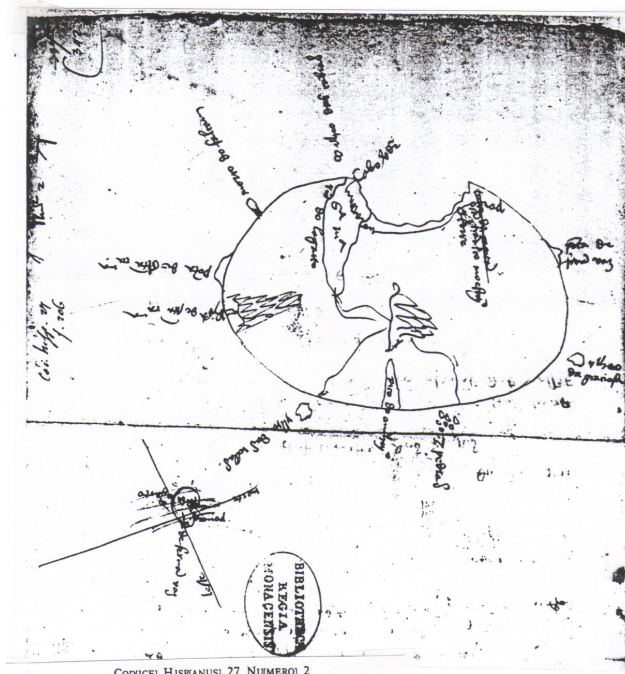
Primeira Fase de Desenvolvimento Urbano. A Estrutura Urbana Inicial

A primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé inicia-se com a chegada dos primeiros povoadores quando a ilha é doada a João Paiva em 1485 e termina em meados do século XVI. Em termos urbanos esta fase inicia-se com a escolha da localização para a implantação do primeiro aglomerado urbano e termina com a consolidação de uma estrutura urbana inicial. A procura de um sítio adequado para a sua localização e os aspectos geográficos a que a ilha está sujeita condicionaram fortemente a implantação da cidade. O facto de se pretender colonizar um território novo e, à semelhança do que se tinha passado anteriormente, quer no continente, durante os séculos XIII e XIV relativamente às cidades fundadas de novo, quer nas ilhas atlânticas descobertas no século XV, originou uma escolha cujos objectivos já estavam pré-estabelecidos: boas condições para a implantação de um porto, para aceder ao interior da ilha e para abastecer água à população; facilidade de plantar culturas rentáveis e de criar pontos de defesa da cidade foram alguns factores determinantes para a escolha da localização.

Assim, o sítio escolhido caracteriza-se por estar junto a uma baía abrigada (a baía de Ana Chaves), numa zona onde existem boas condições para a criação de um porto natural e onde as condições topográficas permitem facilmente a implantação de pontos de defesa. A proximidade de uma ribeira (ribeira Água Grande), permitindo o abastecimento de água potável às populações e a proximidade de terras propícias para o cultivo de produtos agrícolas, para abastecer as populações e apoio aos navios, constitui outra das características do sítio para a implantação do núcleo urbano

de São Tomé.

O interesse pela ocupação deste arquipélago desde cedo se afigurou favorável devido essencialmente a dois factores: por um lado, pelos interesses económicos que a coroa portuguesa mantinha através do comércio no continente africano, por outro lado, pelas viagens que os portugueses efectuavam no contexto dos descobrimentos, durante o século XV, por todo o oceano atlântico. Neste enquadramento, cerca de quinze anos após a descoberta destas ilhas, iniciou-se o seu povoamento quando a ilha é doada a João Paiva em 1485. Na ilha de São Tomé e a partir do ano seguinte (1486), a introdução da cultura da cana-de-açúcar originou o estabelecimento de um número significativo de engenhos sobretudo na costa nordeste, onde os terrenos e o clima facilitavam esse mesmo estabelecimento. O desenvolvimento de pequenos povoados que viviam sobretudo em torno dos engenhos de açúcar foi o contexto onde se desenvolveu o núcleo populacional mais importante da ilha - a Povoação - mais tarde cidade de São Tomé.



Mapa maior:

Topónimos:

Pouoraçam [na baía]	Morro do Falcão
Torre do Capitão (riscado)	Ponta de Santa Maria
Sam Francisco moesteyro	Rybeyra de Santa Catarina
Torre	Ilha das Rollas
Cabo Verde	Pico do Oulheyro
Santa Maria	7 Pedras
Rio do Lagarto	Ilheo da Graciosa
Ilheo das Cabras	Ponta de Fernam Vaz

Riscado:

Desenho muito pequeno da ilha de S. Tomé com dois riscos que se cruzam perpendicularmente, um deles com «leste», outro com «norte».

Topónimos:

Pouoraçam
Rio do Lagarto
Ponta de Fernam Vaz

Figura 1 - Ilha de S. Tomé. In Códice Valentim Fernandes, *Leitura Paleográfica, Notas e Índices* de José Pereira da Costa, Academia Portuguesa de História, Lisboa, MCMXCVII.

Dos testemunhos da época, Valentim Fernandes, (Fernandes, 1940, p. 125), refere que a povoação que foi estabelecida por Álvaro de Caminha, já perto da Baía de Ana Chaves, em 1506-1510 (data do seu Manuscrito) assentava junto a uma baía

e era constituída por 250 fogos (Fig. 1). Também, segundo o testemunho do piloto anónimo (Albuquerque, 1989, p. 21), que viajou para a ilha uns anos mais tarde (cerca de 1560-1570), a cidade de São Tomé, em meados do século XV, era um desenvolvido aglomerado populacional com cerca de seiscentos a setecentos fogos e era servida por um importante porto. Aceitando como certos os dados atrás referidos por Valentim Fernandes e pelo piloto anónimo, entre o início do século XV e meados desse mesmo século, o desenvolvimento da Povoação foi significativo, adivinhando-se alguma prosperidade. Com o porto, onde os navios faziam escala, o número de habitações passou de duzentos e cinquenta fogos para seiscentos ou setecentos, o que significa que o núcleo populacional, neste período, quase triplicou o número de fogos.

Desde a ocupação inicial até 1510, toda a população da ilha viveu com relativa estabilidade. Os resgates na costa africana e o comércio do açúcar criavam condições para a população da ilha prosperar. Porém, entre esse ano e 1512 ocorreu um grande incêndio que destruiu toda a cidade. Como o solo era rico, facilmente se começou a produzir riqueza na ilha, e a prosperidade de alguns era feita à custa do trabalho árduo de outros. Talvez por esse facto, a 20 de Janeiro de 1517 e segundo Raimundo da Cunha Matos, “os mulatos e os pretos escravos das fazendas de uns fulanos Lubatos, imensamente ricos, amotinaram-se e cometeram (ajudados de outros) grandes destruições.” (Matos, 1916, p. 9). Apesar de esse facto representar o prenúncio de um longo período de grandes conflitos para os habitantes da ilha, pelos meados do século XVI a população de São Tomé crescia rapidamente e continuava a aumentar a riqueza de muitos dos seus habitantes. Também o número de casas da povoação aumentava e foi por essa altura que, a pedido do rei, se elevou a igreja matriz de Nossa Senhora da Graça a catedral. Na sequência do desenvolvimento da ilha e do apoio que esta prestava aos navios portugueses que por ali passavam, a vila de São Tomé foi elevada a cidade em 1535.

Em termos urbanos, o período compreendido entre os finais do século XV e meados do século XVI, corresponde à passagem de uma estrutura urbana incipiente (o núcleo inicial das primeiras construções), para a consolidação dessa mesma estrutura e alargamento da cidade. O aglomerado urbano que se implantou junto à baía de Ana Chaves com Álvaro de Caminha, no final do século XV e início do século XVI, para além de integrar um conjunto de cerca de duzentos e cinquenta fogos de modesta construção, (casas feitas em madeira, de um só piso, ou de dois sobrados e cobertas também de madeira), nela existiam alguns edifícios significativos e era servida por um importante porto. Das primeiras construções existentes no início do século XVI destacam-se: a torre do capitão, as igrejas de Santa Maria e de S. Francisco (incluída no mosteiro com o mesmo nome), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, a Igreja da Conceição e a Igreja e Hospital da Misericórdia. Estes edifícios e os espaços urbanos confinantes, o porto, as casas dos primeiros habitantes e os armazéns para guardar o açúcar, constituíam os elementos urbanos fundamentais que deram origem à cidade de São Tomé.

A torre do capitão, construída por Álvaro de Caminha por volta de 1492/1493,

era um ponto de defesa da cidade e simultaneamente a habitação do capitão. Foi provavelmente uma das primeiras construções, situando-se junto à ribeira, a poente do núcleo central da actual cidade de São Tomé (no local do actual palácio governamental). Juntamente com algumas casas que lhe estavam próximo e onde moravam os primeiros habitantes da ilha, este, constituiu o primeiro conjunto edificado da então Povoação. Junto à torre, mas mais difíceis de localizar, encontram-se nesta altura, a Igreja de Santa Maria ou N^a S.^a da Ave-Maria e o Mosteiro de São Francisco. Estes foram iniciados por Álvaro de Caminha por volta de 1492/1493 e provavelmente nunca foram terminados. Até agora, dos dados que dispomos quanto à sua localização, depreende-se que a referida Igreja e o Mosteiro se localizavam também próximo da torre, sendo que a primeira (Igreja de Santa Maria ou N^a S.^a da Ave-Maria) se localizava por detrás da actual Sé de São Tomé. Uma vez que poucas são as referências que se conhecem acerca destes dois edifícios, conclui-se que foram perdendo importância ao longo do tempo. A razão para tal facto deve-se, ao facto de, estes dois edifícios não terem sido concluídos depois da morte de Álvaro de Caminha, e por conseguinte à importância que a igreja matriz de N. S. da Graça tomou nos anos seguintes¹. Como é sabido a Sé (Igreja Matriz de N^a S.^a da Graça) foi construída junto aos alicerces da igreja de Santa Maria, o que explica por um lado, a sua decadência e abandono, e por outro, a importância que aquela (a igreja matriz), adquiriu em relação a esta. A data provável da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça é anterior a 1500, passando a Sé em 1534.

Para além do conjunto edificado constituído pela torre e pelas duas igrejas próximas da ribeira, entre o edifício da torre e a igreja matriz, situam-se mais para norte e por conseguinte mais perto da praia, a igreja e o hospital da Misericórdia. Estes (hospital e igreja) situavam-se, não longe da Sé e da torre, no local do actual tribunal. Paralela ao mar e separando o quarteirão da Misericórdia do quarteirão dos edifícios confinantes com a torre, nasce uma pequena rua que acompanhando o terreno e se desenvolve junto à costa. Esta, sendo o elemento estruturante de todo o aglomerado, liga o núcleo da Sé e da Misericórdia ao porto e constituiu o que posteriormente se designou por “Rua Grande”², ou “Rua Direita” (Brásio, A. 1995, vol. VI, p.190).

Esta rua que, no início do século XVII liga a fortaleza de S. Sebastião à igreja de São João, estende-se ao longo da costa, ligando (no século XV), os dois extremos da cidade: o núcleo da Sé, da torre e da Misericórdia ao porto. Embora não haja nenhuma referência concreta quanto à localização dos armazéns para guardar o açúcar é de supor que estes se localizavam junto à costa e perto do porto e acompanhavam o percurso da rua principal no sentido poente/nascente³.

Na primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé as primeiras construções concentram-se num pequeno núcleo à volta da torre, do Mosteiro de S.

¹ Importa referir que as recomendações de Álvaro de Caminha para que estes dois edifícios fossem completados depois da sua morte iam para o seu primo, Pedro Álvaro de Caminha que se supunha ser seu continuador nos destinos da capitania de São Tomé, mas tal facto não aconteceu. Por ordem real foi nomeado Fernão de Melo e não o primo de Álvaro de Caminha. Talvez por essa razão, estes dois edifícios tenham permanecido inacabados.

² Designação indicada no [Plano da Baía de Ana Chaves (...) / 1788-1796] [por] João Rozendo Tavares Leote, Arquivo Histórico Ultramarino, n^o176.

³ Tudo indica que seria no local onde posteriormente (século XIX), se localizavam os armazéns para guardar o cacau e o café.

Francisco, da Igreja de N^a S^a de Ave Maria⁴ e da Misericórdia, onde três elementos urbanos fundamentais: os núcleos da Sé, do porto e a rua Direita estão na origem da estrutura urbana da cidade (Fig. 2).



Figura 2 - Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de N^a Senhora da Graça, (1646 Dezembro 16), A. H. U. c. m., nº 170.

Nas outras três cidades estudadas (Funchal, Angra e Ribeira Grande) à semelhança do que verificamos para São Tomé, a malha urbana nasce a partir de uma rua principal que une dois núcleos urbanos, constituindo esta, o elemento gerador e estruturador da referida malha urbana. Para a cidade do Funchal sabemos que a cidade teve origem em dois núcleos urbanos: no núcleo primitivo de Santa Maria do Calhau (onde se ergue a igreja de Santa Maria) e em Santa Catarina onde o capitão mandou erguer a sua casa. O núcleo de Santa Maria do Calhau surgiu a partir de uma igreja e de um largo que lhe estava associado e de uma rua paralela ao mar - a Rua de Santa Maria. Esta rua, paralela ao mar, existia entre o largo da igreja (junto à Ribeira de Santa Luzia) e a zona onde existe o forte de S. Tiago. Para o lado poente da Ribeira de Santa Luzia e no seguimento da Rua de Santa Maria desenha-se, nesta fase de desenvolvimento, a Rua de Santa Catarina (posteriormente designada Rua dos Mercadores e depois Rua da Alfândega) ligando os dois pólos primitivos - de Santa Maria do Calhau e de Santa Catarina. A este tipo de desenvolvimento corresponde uma estrutura alongada no sentido da costa, percorrendo toda a zona junto ao mar. Também para a cidade de Angra se reconhece um crescimento deste tipo. Assim, o primeiro núcleo urbano desenvolveu-se no alto de uma colina no lugar onde se

⁴ Posteriormente designada N^o. S.^a da Graça e Sé em 1534.

ergueu a primeira fortaleza. Paralelamente a este núcleo desenvolve-se um outro (S. Pedro) do lado oposto da baía de Angra para o lado poente. A ligar estes dois núcleos desenvolve-se uma rua, a actual rua da Sé que liga o núcleo do castelo a S. Pedro. Com o desenvolvimento do porto na zona baixa da cidade houve necessidade de ligar o castelo e o cais. É então que se assiste a um novo crescimento linear através da Rua de Santo Espírito, mas este ao contrário do que acabamos de ver para o Funchal é um crescimento linear, neste caso, perpendicular à costa.

Para a cidade da Ribeira Grande situada no arquipélago de Cabo Verde, o seu crescimento inicial é também do tipo linear. Neste caso uma forte condicionante relativa aos aspectos topográficos - por um lado um vale de declive acentuado, por outro a existência de uma ribeira que inundava e causava grandes estragos nas zonas mais baixas provocou o crescimento urbano deste aglomerado de uma forma linear paralela à ribeira e para norte, por conseguinte perpendicular à costa. Nesta fase de desenvolvimento, podemos observar a existência de um largo, o largo do pelourinho e o desenvolvimento de uma rua, a Rua da Carreira, seguindo o curso da ribeira existente.

A Segunda Fase de Desenvolvimento Urbano - A Implantação de Novos Edifícios Institucionais

Durante o século XVI a cidade de São Tomé tinha como funções essenciais a exportação de açúcar, o tráfego de escravos e a importação de produtos alimentares sobretudo vindos da Europa. O acesso por via marítima e a facilidade de aceder ao mar pela praia permitiu que este núcleo populacional se desenvolvesse junto à costa predominantemente ao longo da baía e à volta do porto, ponto de convergência destas funções.

Instalado o núcleo de carácter civil e religioso na primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade, com o desenvolvimento económico provocado pelo comércio açucareiro e com o aumento de população, a cidade cresce para uma outra zona localizada do outro lado da ribeira, e por conseguinte para poente. A esta zona da cidade, marcadamente de carácter mercantil, está ligado o porto e os edifícios cujas funções com ele estão associadas. Não se conhecendo a data da construção da alfândega de São Tomé, mas na sequência do que aconteceu nas outras ilhas atlânticas, associada ao desenvolvimento das actividades mercantis (exportação de açúcar e de escravos) é provável que ela já existisse no final do século XVI. Nesta altura a exportação de açúcar da ilha de São Tomé, começava a preocupar os mercados da ilha da Madeira, até então ocupando um lugar de destaque relativamente ao seu fabrico e exportação. No decorrer do século XVI a exportação foi crescendo e tudo leva a crer que esta era uma intensa actividade que requeria um local como a alfândega para seu suporte. A primeira planta que se conhece com a localização deste edifício é, no entanto, datada de 1888/89⁵, e nesta altura este edifício situa-se junto ao cais.

⁵ Planta: *Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé), 1889*, escala 1: 5000, A. H. U., nº 239.

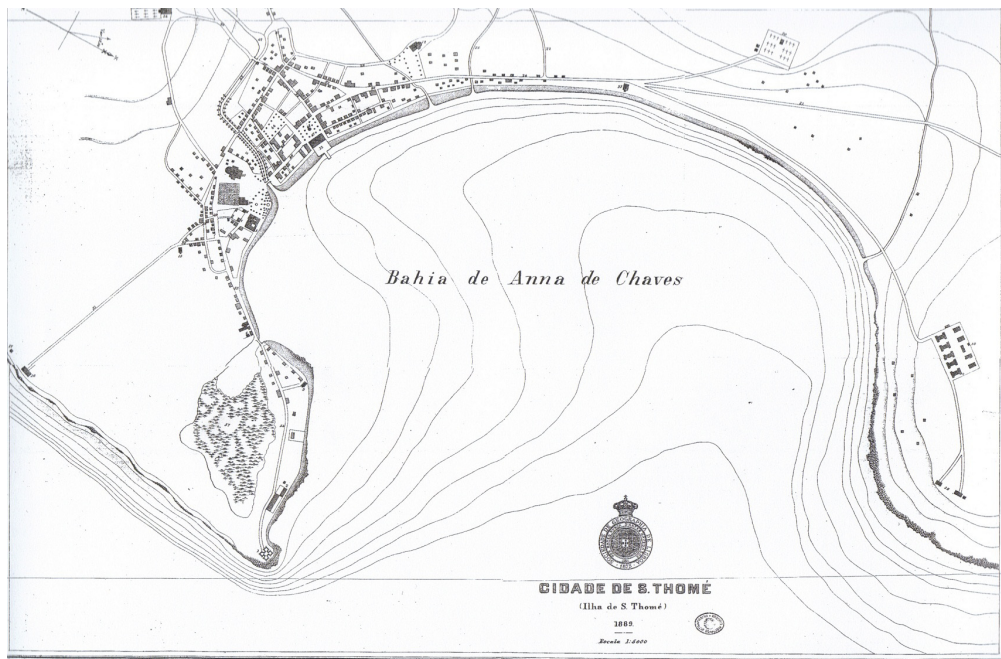


Figura 3 - Planta da Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé), 1889, escala 1: 5000, in A. H. U., c.i., nº 239.

O tráfico de escravos oriundos da África ocidental e destinados à exportação requeria igualmente uma estrutura de suporte na cidade. Para além desta (da alfândega) e segundo Catarina Madeira Santos, a existência do comércio de escravos na ilha teve como consequência a “necessidade de construir fazendas que os albergassem durante o período em que esperavam para ser embarcados e conduzidos aos mercados europeus de venda.” (Santos, 1996, p. 77). No entanto, e antes de estes serem enviados para as ditas fazendas

os escravos chegados da costa africana eram inscritos na feitoria de São Tomé. O lapso de tempo, que decorria entre a chegada (de África) e a partida para os portos importadores (Portugal, Antilhas e Ilha da Madeira), correspondia à estadia de grandes quantidades de escravos no espaço insular. (Santos, 1996, p. 77).

Ora, a feitoria seria um local importante ligado às actividades do porto. A sua localização é omissa nos documentos que dispomos mas segundo algumas informações de actuais moradores, esta actividade era exercida no edifício da Curadoria Geral indicada na planta de 1916⁶ (Fig. 4). Supondo que estes dois edifícios se localizavam, o primeiro (o edifício da alfândega) junto ao cais como indica a planta de 1888 e o segundo (o edifício da feitoria) no local da Curadoria Geral indicada na planta de 1916, podemos verificar que nesta fase as actividades portuárias desenvolvem uma estrutura nova localizada na parte poente da cidade.

⁶ Este edifício encontra-se referenciado na *Planta da Cidade de S. Tomé (1916)*, escala 1: 5000, na Rua do Município, no enfiamento da Travessa do Pelourinho.



Figura 4 - Planta da Cidade de S. Tomé (1916), escala 1: 5000. “Redução feita no grupo de trabalho de Cartografia e Cadastro de S. Tomé e Príncipe em Abril de 1965, da antiga Planta da cidade de S. Tomé levantada na escala de 1:1000 no ano de 1916...” Origem: S.C.O.T.R.D.S.T P.

Apesar de não se conhecer a data da construção do edifício da câmara⁷, este existia desde o século XVI, vindo a instalar-se não se sabe em que data na continuação da rua Direita, junto ao edifício da primeira cadeia da cidade. Segundo Caldeira, em 1516 já existia um edifício da câmara na cidade. Segundo o referido documento, “Bernardo Segura foi nomeado ouvidor geral da ilha de São Tomé durante o ano de 1516. Tendo partido de Lisboa a 17 de Setembro desse ano, tomou posse do cargo, no edifício da Câmara da cidade, em 29 de Outubro, um dia depois da sua chegada ao arquipélago.” (1997, p. 193). Na segunda fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé à semelhança de muitas cidades portuguesas do continente, a rua Direita desempenha um papel fundamental na estruturação do traçado urbano. Esta, normalmente de carácter comercial, desempenha duas funções: por um lado, liga vários elementos urbanos importantes: a Sé, o porto, a Misericórdia e a alfândega, por outro é o elemento gerador de novas ruas com ela relacionadas estruturando,

⁷ O edifício da câmara municipal encontra-se referenciado através de cartografia, pela primeira vez, na planta de 1916. Este situa-se no seguimento da antiga Rua Direita, ou seja, na Rua do Município.

por conseguinte, um novo tecido urbano. Neste sentido, também aqui, à semelhança de outras cidades portuguesas, esta rua liga numa primeira fase o núcleo da Sé, da torre e da Misericórdia ao porto e à alfândega (Fig. 5), e numa segunda fase os dois extremos da cidade, a ponta nascente onde se encontra a fortaleza de S. Sebastião e o extremo poente onde se localiza a igreja de S. João.



Figura 5 - Traçado Urbano da Cidade de São Tomé - Localização dos edifícios institucionais significativos (século XVI) ; (desenho da autora).

Para além da alfândega, da feitoria e da câmara municipal de São Tomé, novos edifícios religiosos começam a pontuar a envolvente da cidade e a criar novos pólos de atracção sendo esta também uma forma de estruturação da cidade já verificada noutras cidades portuguesas. Os primeiros exemplos conhecidos são: a igreja de S. João Baptista no local da actual igreja de S. João a poente do núcleo central da cidade, a igreja da Madre de Deus, a “um quarto de légua [da cidade]” (Brásio, 1955, (V), p. 18), a igreja de Santo Amaro “no termo da cidade” (Brásio, 1955, (III), p. 3), a capela de S. Sebastião em frente à fortaleza de S. Sebastião e por conseguinte no extremo nascente da cidade, o Real Hospício de Stº António dos Capuchinhos Italianos cuja localização não foi detectada, um outro hospício, este “no melhor çitio que tem a Cid.e” (Ambrósio, 1970, p. 298), não se reconhecendo a sua localização concreta, e finalmente um outro o da Ordem de Santo Agostinho que se localiza junto à Igreja da Conceição e que, em todo o caso, pode ser o anteriormente referido, cujo nome e local não se reconhecem.

Até meados do século XVI (cerca de 1566), a ilha de São Tomé não necessitou de pontos de defesa significativos. Para além da torre de Álvaro de Caminha, que servia os habitantes da ilha, nenhuma fortaleza ou muralha se construiu até então. A partir desta altura e como medida preventiva, iniciou-se a construção de uma fortaleza junto à baía de Ana Chaves. Segundo Lopes de Lima, a razão para tal facto

deveu-se, ao conhecimento que o rei tinha relativamente aos ataques provocados pelos corsários franceses nas outras (“nossas”) ilhas atlânticas. Diz-nos o referido autor, que até ao ano de 1566, as ilhas de São Tomé não necessitaram de grandes meios de defesa. Só mais tarde,

o Senhor Rei D. Sebastião, sabendo dos estragos e afrontas, que os corsários franceses andavam fazendo em todas as nossas Ilhas, mandou (...) que no lugar do espalmadouro construísse uma trincheira para defesa dos navios, que se achassem no porto; e aquele insigne capitão, como bem versado que era nas artes da guerra, não só cumpriu fielmente o que lhe foi intimado, mas em vez de um trincheira abriu os alicerces a uma fortaleza, a que poz o nome de S. Sebastião, a qual com a ajuda dos moradores, e condemnações judiciais, veio a concluir-se em 1575, governando Diogo Salema. (Lima, 1916, p. 44).

À semelhança das outras cidades insulares portuguesas situadas junto a baías, as fortalezas são construídas nos seus extremos. Na cidade de São Tomé, contrariamente a muitas outras suas contemporâneas, não se verificou a construção de muralhas, apenas se verificou o início da construção de uma trincheira. As boas condições de defesa da baía (com uma curvatura muito apertada) talvez fosse a razão para a sua inexistência. Nesta altura (meados do século XVI) só a fortaleza de S. Sebastião foi edificada, no entanto, em 1613/1614 e em 1756 respectivamente, outros dois pontos defensivos foram instalados, - o forte de S. Jerónimo, junto à Praia Pequena - e o Forte de S. José no outro extremo da baía, na ponta de Cabo Verde.

Relativamente ao traçado urbano, como foi anteriormente referido, a rua Direita para além de ligar vários elementos urbanos de grande significado, nomeadamente edifícios institucionais e espaços urbanos, também desempenha o papel de elemento gerador de novas estruturas de ocupação do solo. Esta rua principal que se estende ao longo da costa no sentido longitudinal, estrutura uma malha urbana constituída por outras novas ruas que se cruzam com estas, mais ou menos na perpendicular, criando assim, uma estrutura regular de quarteirões alongados, essencialmente constituídos por edifícios que servem de armazém para guardar “os açucares” e por edifícios pertencentes à alfândega. A malha urbana, anteriormente descrita, de ruas e travessas ainda hoje se pode adivinhar através do traçado existente. Se novamente observarmos a planta de 1916, podemos referenciá-las e identificá-las facilmente: A rua Direita, coincidiria com a rua da Misericórdia, passava pelo largo 5 de Outubro, esta rua atravessava a ribeira, seguia pela rua General Calheiros, rua dos Mártires da Liberdade, terminando provavelmente na travessa da Conceição, uma vez que a igreja do mesmo nome já se encontrava edificada. Os quarteirões alongados eram definidos pela rua 5 de Outubro, rua Miguel Bombarda, rua do Município (paralelas à anterior) e pelas, travessa do Tribunal, travessa da Alfândega, travessa do Pelourinho, travessa do Município e travessa da Conceição, perpendiculares às anteriores e à costa.

Característico deste tipo de malha urbana, tal como se verificou para as outras cidades, é uma hierarquia de ruas de frente e de traseiras, cortadas por ruas transversais - as travessas, onde os quarteirões são de forma alongada e de

planimetria rectangular. Os lotes urbanos são paralelos uns aos outros e ocupam de um lado ao outro do quarteirão, tendo uma frente para uma rua principal e uma outra para uma rua secundária.



Figura 6 – Vista panorâmica da cidade de São Tomé. À direita o Palácio do Governo In arquivo Histórico de São Tomé.

Do que anteriormente foi referido relativamente à segunda fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé, conclui-se que em termos urbanos esta é marcada por dois factores de crescimento: o primeiro relaciona-se com a implantação de alguns edifícios institucionais significativos (a alfândega, a feitoria e a câmara) ao longo do eixo estruturador da cidade, ou seja, ao longo da rua Direita e outros, (igrejas e a fortaleza) fora do núcleo urbano central, nomeadamente a Igreja de São João, a Igreja Madre de Deus, a Igreja de Santo Amaro, a Capela de São Sebastião, o Hospício de Santo António e o Hospício da Ordem de Santo Agostinho, assim como a Fortaleza de S. Sebastião constituindo novos pólos dinamizadores de crescimento da cidade. O segundo factor de crescimento é, como em muitas cidades de origem portuguesa, caracterizado pela implantação de um traçado regular onde as ruas formam um conjunto de quarteirões regulares de planimetria rectangular, reflexo de uma intenção explícita de planeamento. Estamos naturalmente a referir o traçado urbano formado a partir da rua Direita e que se estende desde a zona do porto até à travessa da Conceição. Estas ruas, à semelhança de outros casos, são cortadas por travessas que lhe são perpendiculares, e os lotes urbanos que os compõem ocupam a profundidade total do quarteirão.

Relativamente às outras cidades em estudo, e à semelhança da cidade de São Tomé, a rua principal estruturou a malha urbana uma vez que em qualquer destas cidades, foram surgindo novas ruas paralelas a esta, cortadas por outras de menor dimensão, as travessas, verificando-se, como para as cidades medievais do continente, uma hierarquia definida pela rua/travessa resultando um conjunto de quarteirões alongados de forma rectangular. Para o Funchal a partir da Rua de Santa Maria (no primitivo núcleo de Santa Maria do Calhau) podemos constatar o aparecimento de uma outra rua paralela a esta e por conseguinte paralela à costa designada por Rua Nova de Santa Maria (actual Latino Coelho) e um conjunto de pequenas ruas perpendiculares a estas, criando uma malha de quarteirões de planimetria rectangular alongados, paralelos ao mar. Como se pode constatar a estes quarteirões correspondem lotes estreitos e alongados no sentido da profundidade, característicos também das malhas urbanas medievais do continente.

Para a cidade de Angra do Heroísmo, apesar de não existirem as características definidas anteriormente relativas à malha urbana, também se verifica o aparecimento de uma rua paralela à Rua do Santo Espírito - a Rua Direita. Aqui devido ao acidentado do terreno junto ao castelo, a malha urbana torna-se irregular devido à adaptação ao sítio. Exemplo disso, são as Ruas do Pisão, da Garoupinha e o Beco das Alcadarias. Também no núcleo primitivo de São Pedro não se verifica este padrão regular, aqui as ruas convergem para um largo e não são paralelas entre si.

Para a cidade da Ribeira Grande verifica-se o mesmo tipo de desenvolvimento. Paralela à Rua da Carreira surge a Rua Direita e a Rua da Banana, sendo estas ligadas por outras mais pequenas (travessas), criando um conjunto de quarteirões alongados paralelos ao curso da Ribeira existente.

Terceira Fase de Desenvolvimento Urbano - A Expansão da Cidade

O final do século XVI e o início do século XVII foram marcados, na ilha de São Tomé, por diferentes acontecimentos que afectaram de forma negativa os habitantes da ilha: por um lado, factores de ordem interna como os desentendimentos entre os diferentes poderes (eclesiástico, local e o povo), as revoltas dos escravos e os ataques aos engenhos de açúcar, e por outro, a dominação dos espanhóis às colónias portuguesa fez com que os ataques da pirataria aumentassem. A ocupação e os distúrbios causados pelos holandeses em nada contribuíram para acalmar os ânimos. O florescimento da cultura da cana do açúcar no Brasil fez igualmente com que a vida económica da ilha entrasse em decadência. Em consequência desse facto, o ano de 1550 é marcado por uma forte emigração dos habitantes da ilha para o Brasil. Neste sentido, embora se reconheça uma certa instabilidade na ilha, esta vai viver em termos económicos um período diferente do anterior: ao período próspero que a ilha viveu, até ao final do século XVI, em torno da cana-de-açúcar - o ciclo do açúcar, segue-se um período de relativo abrandamento no seu desenvolvimento económico, onde o tráfico de escravos constituiu a actividade com forte rendimento - o ciclo do escravo.

Embora a ilha tenha tido pouco desenvolvimento económico durante o século XVII e não se tenha verificado um crescimento demográfico acentuado no conjunto da ilha (antes pelo contrário devido à emigração para o Brasil), a cidade prosperou e desenvolveu-se.

A estagnação económica do século XVII não terá sido de molde a estimular o crescimento demográfico, mas a verdade é que a progressiva desarticulação da economia de plantação, com o conseqüente abandono de muitas roças e com a tónica económica posta na relação com os navios estrangeiros, deve ter contribuído para acentuar à cidade o seu carácter de pólo de atracção demográfica. (Caldeira, 1997, p. 106).

Pressupõe-se, deste modo, que se tenha verificado a restauração de alguns edifícios incendiados, pilhados e destruídos e o surgimento de outros para servir as

populações. Assiste-se, assim, a mais uma fase de desenvolvimento urbano - a terceira fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé, marcada por duas tendências em relação ao seu crescimento. A primeira, é fruto das tipologias urbanas usadas no continente nos séculos XV e XVI (período renascentista), e origina uma expansão da cidade onde o traçado urbano é igualmente regular, como na fase anterior, mas agora com um sentido diferente e inovador. A segunda, corresponde ao desenvolvimento da cidade mais para o interior na sequência do desenvolvimento das vias de acesso às igrejas e a edifícios significativos afastados do núcleo urbano central, construídos na fase anterior.

Relativamente à primeira tendência, a criação de uma malha regular na actual baixa de S. Tomé, e à semelhança das intervenções urbanísticas dos séculos XV e XVI, esta corresponde a uma nova atitude: os objectivos agora correspondem a uma modernização do ponto de vista da cidade, quer a nível funcional, quer a nível estético. Se, por um lado, era necessário dar resposta aos aspectos de ordem sanitária e de segurança da cidade, aspectos que se agravavam com o aumento da população nos centros urbanos, por outro, os contactos com as ideias renascentistas que Portugal manteve com o resto da Europa no final do século XV originaram uma nova forma de intervir na cidade. Esta modernização em muitos casos passava por regulamentar e legislar certas intervenções, em estruturar novos espaços urbanos públicos, assim como criar novas extensões urbanas planeadas. Se observarmos a planta de Gaspar Barleus publicada (em primeira edição) em 1647⁸, podemos verificar uma nova extensão da cidade marcada pela existência de uma malha urbana reticulada composta de ruas paralelas e perpendiculares onde as ruas em muitos casos formam ângulos quase rectos, dando origem a quarteirões de forma quase quadrada, sendo esta malha, segundo Cunha Matos, definida no início do século XVII.

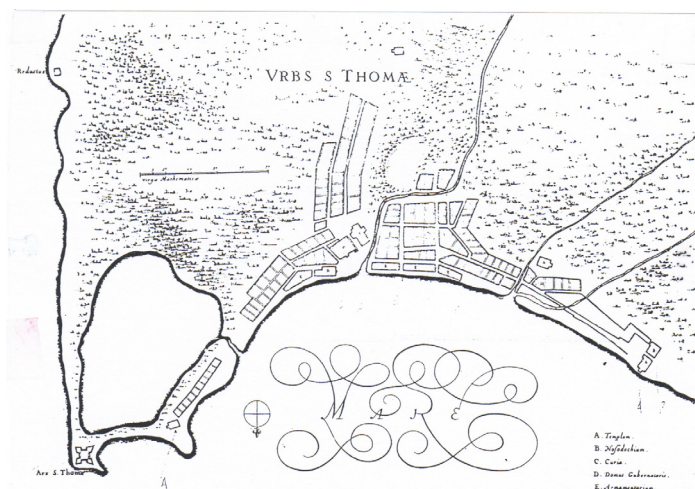


Figura 7 - Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido. In Gaspar Barleus, “História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil”, Recife, 1980.

⁸ Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido. In Gaspar Barleus, “História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil”, Recife, 1980.

Segundo este autor:

a cidade foi antigamente muito extensa e a planta topográfica dela que se acha na obra de Barleus foi levantada poucos anos depois do incêndio de 1600 e por isso é menos extensa do que no tempo presente. As ruas da cidade são mui direitas, quase tôdas tiradas a cordel e nenhuma é calçada. (Matos, 1916, p. 134).

Das palavras de Raimundo da Cunha Matos e pela verificação da citada planta, conclui-se que este traçado tem a sua origem no início do século XVII.

A nível da estrutura do quarteirão e da definição dos lotes, pelo que podemos ver pela planta publicada por Barleus e pelo traçado actual, verificam-se alterações em relação ao esquema anterior: agora os lotes têm uma única frente virada para a rua, e outra para o interior do quarteirão. A forma dos quarteirões passa a ser mais parecida com o quadrado ao contrário da anterior que se assemelhava a um rectângulo. O facto de as estruturas urbanas assentarem em malhas regulares reflecte uma preocupação de ordenamento do espaço urbano. Se tivermos em conta um documento datado de 1615, podemos perceber que já existiam preocupações de ordem urbanística e de ordenamento do espaço urbano desde o início deste século relativamente à cidade de São Tomé. No documento: a “*Descrição da cidade de S. Tomé (8-2-1615)*” encontra-se a “designação das ruas da cidade de S. Tomé, especificando o comprimento de cada uma em braças.” (Brásio, 1955, Vol. VI, p. 190). Até então a documentação encontrada acerca das realizações arquitectónicas e urbanísticas referiam-se quase somente a aspectos particulares de certos edifícios e não a aspectos de carácter geral da cidade.

Relativamente à segunda tendência atrás referida, (o desenvolvimento das ruas para o interior), como noutros casos já referenciados, o núcleo urbano de São Tomé estende-se para o interior através da implantação de igrejas ou pontos defensivos criando por um lado uma rede viária em estrela, que J. M. Fernandes, designa por estrutura “radio-concêntrica” ou “irradiante”, (1989, p. 248). Também a existência de uma ribeira que penetra para o interior acentua esta tendência uma vez que o aglomerado se desenvolve acompanhando-a para o interior. Através da observação das plantas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino dos séculos XVII⁹ e XVIII¹⁰ (fig. 7), podemos bem verificar esta tendência.

⁹ *Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de Nª Senhora da Graça, (1646 Dezembro 16)*, A. H. U. c. m., nº 170.

¹⁰ [*Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796*] [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; In A.H.U., c. m., nº176.

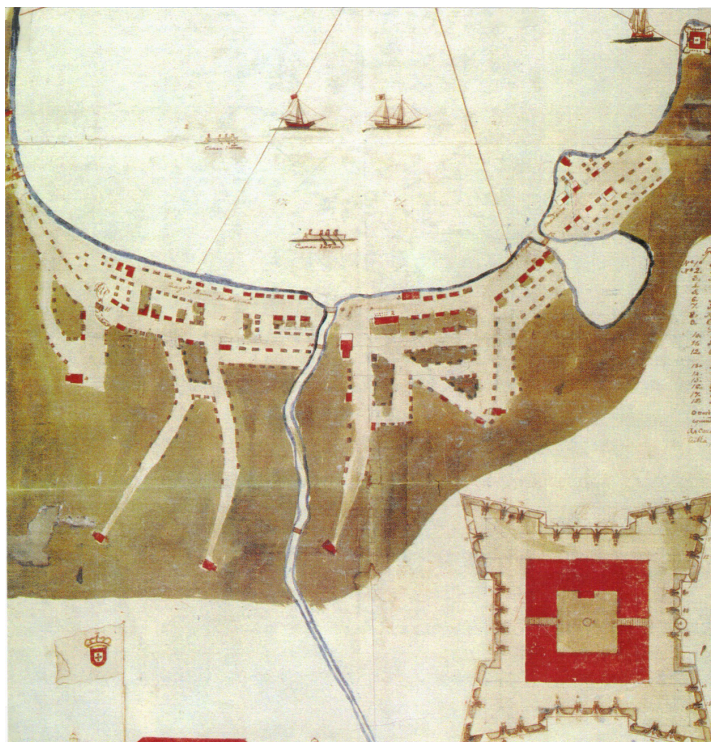


Figura 8 - [Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; In A.H.U., c. m., nº176.

Para além do desenvolvimento urbano formado por uma malha reticular, no núcleo central da cidade encontramos outros elementos (neste caso espaços livres, terreiros ou alargamentos de ruas) pontos de convergência de pessoas, actividades e até de estruturas viárias, geradores de determinados espaços urbanos, os largos. Na cidade de São Tomé em meados do século XVII podemos reconhecer quatro zonas que identificamos como o embrião de futuros largos. Não sabendo ao certo em que altura eles foram definitivamente estruturados, o que é certo é, que nesta altura podemos reconhecer um junto à Sé e Misericórdia, outro junto ao cais e alfândega, outro junto à Igreja da Conceição e outro junto à Igreja de São João. O mais importante situa-se junto ao núcleo constituído pela Sé, pela Misericórdia e pela torre. Junto a estes edifícios desenvolve-se um espaço amplo - um terreiro - designado pelo “terreiro da Misericórdia” em 1644¹¹, para onde convergem algumas das ruas mais importantes da cidade. Neste caso o largo assume um carácter marcadamente religioso devido aos edifícios que lhe estão adjacentes, (a Sé e a Misericórdia), mas também terá um cariz civil, visto se encontrar nas proximidades da torre que para além de residência do capitão (e posteriormente do governador) servia também, de ponto de defesa importante da cidade. Para além deste largo, podemos perceber a existência de um outro espaço, este ligado às actividades marítimo-comerciais. Aqui a definição do espaço corresponde mais a um alargamento de ruas do que propriamente a um

¹¹ Quadro explicativo anexo à planta de 1646, A. H. U., nº 170.

terreiro como se verificou no caso anterior.

Do que nos é dado observar através da planta de Tavares Leote, de 1788 podemos dizer que este espaço constituiu a origem da praça ligada ao porto e à al-fândega (actual Praça da Independência), já inteiramente definida na referida planta. Junto à Igreja da Conceição e à Igreja de S. João, ao observar as duas plantas datadas do século XVII e XVIII, reconhece-se a existência de amplos espaços urbanos confinantes de carácter religioso. Não se sabendo ao certo, mais uma vez a data em que estes espaços foram reestruturados, pelo menos sabe-se que já existiam neste século. No que respeita ao edificado podemos enumerar alguns edifícios construídos nesta altura: no início do século XVII que foi fundada a Igreja de S. Tiago (Ambrósio, 1984, p. 174). Referido por Manuel do Rosário Pinto: “foi em 1691 que os Agostinhos Descalços fundaram casa em São Tomé.” (Ambrósio, 1970, p. 303). “A igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos: é de alvenaria, mediana grandeza, e foi construída no princípio do século XVII (...).” (Ambrósio, 1984, p. 174). Segundo a mesma fonte, a capela de São Miguel Arcanjo foi construída provavelmente no século XVII e Miguel dos Anjos efectuou-lhe uma reforma em 1786. A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho foi fundada pouco depois de 1617. De carácter defensivo, este período foi marcado por duas novas construções, o Forte de São Jerónimo¹² e o Forte do Picão de Nossa Senhora da Graça¹³ que se presume não ter sido concluído.

Do que anteriormente foi referido podemos perceber que a terceira fase de desenvolvimento urbano da cidade de S. Tomé é marcada por duas tendências: a primeira fortemente determinada pela existência de uma malha urbana reticulada que ocupa toda a actual baixa de São Tomé (patente na planta de G. Barleus e na descrição da cidade de 1615), com os lotes quadrangulares voltados para o seu interior, e a segunda é marcada, pelo crescimento no sentido do interior (em relação à costa) através do desenvolvimento de caminhos e crescente implantação de edifícios - igrejas e fortaleza -, originando o desenvolvimento da cidade no sentido desses edifícios.

¹² Foi pelo ano de 1613 ou 1614 que, segundo nos refere Lopes de Lima (Lima, 1844), foi construído um forte - o Forte de São Jerónimo - cujo objectivo era a defesa da fortaleza e do porto ligado à cidade.

¹³ Pelos meados do século XVII, determinou fazer-se mais uma fortificação - o Forte do Picão de Nossa Senhora da Graça. Esta teria como objectivo a defesa da cidade e a retirada definitiva dos holandeses que ocuparam a ilha no início do século XVII.



Figura 9 - Planta da cidade de São Tomé identificando o traçado das ruas referidas no doc. “Descrição da cidade de S. Tomé (8-2-1615)”, in António Brásio, *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental (1611-1621)*, vol. VI, A.G.U., Lisboa, MCMLV, Doc 61, p.190. (A localização das ruas encontra-se na planta de 1889, A.H.U., nº 239); (desenho da autora).

O desenvolvimento urbano nas outras três cidades em estudo é, nesta fase, caracterizado, igualmente, pela influência de dois tipos: um é marcado pela implantação de novos edifícios institucionais normalmente edifícios de carácter religioso (igrejas e conventos) e edifícios administrativos, afastados dos núcleos urbanos iniciais, outro é resultante da influência dos traçados urbanos regulares planeados, renascentistas, praticados no continente nos séculos XV e XVI. Esta prática chega a Portugal através da influência da teorização ligada à problemática da cidade ideal renascentista que se desenvolvia na altura no resto Europa.

Exemplo da primeira situação no crescimento urbano do Funchal é a transferência da casa do capitão para a zona designada de nossa Senhora da Conceição de Cima, onde junto a ela se construiu uma igreja. Para além disso, a criação da Sé, da Câmara, Paço dos Tabeliães e Alfândega Nova assumem um papel importante no futuro desenvolvimento da cidade. Também a posterior localização de novas igrejas e conventos afastados da costa define um tipo de crescimento diferente do anterior. São exemplos disso, São Francisco, N^a S^a da Conceição, Corpo Santo e Santiago. No Funchal e paralelamente a este tipo de crescimento verifica-se um outro, onde, a

malha urbana assume uma estrutura inovadora em relação à anterior. Aqui os lotes não se dispõem paralelamente ocupando a profundidade, tendo frente para uma rua e as traseiras para outra, mas estes dão para as quatro frentes dos quarteirões.

Para a cidade de Angra, esta segunda fase de crescimento também é marcada por estas duas influências, a primeira reflecte-se na construção de diversas igrejas fora do tecido urbano inicial. São exemplo disso a igreja de Santa Luzia e a igreja da Conceição. A segunda, e na sequência do desenvolvimento nascente/poente (Castelo/S. Pedro) e do eixo norte/sul (castelo/cais) surge um conjunto de ruas, paralelas e perpendiculares, de traçado fortemente regular que ocupa toda a zona da chamada baixa de Angra e que corresponde quase integralmente ao traçado actual. A este traçado, corresponde todo um conjunto de ruas paralelas e perpendiculares, aos dois eixos anteriormente referidos, onde os quarteirões são constituídos por lotes urbanos organizados costas com costas.

Para a Ribeira Grande não é clara a influência destes dois tipos de situação, no entanto podemos observar a existência de algumas construções de carácter religioso afastadas do primitivo núcleo de desenvolvimento: o Colégio dos Jesuítas, N^a S^a da Conceição, S. Miguel, S. Roque e a Sé. Posterior ao desenvolvimento do tipo linear, na Ribeira Grande, e influenciado pelas malhas urbanas planeadas temos um novo tipo de implantação. Esta situa-se no bairro designado de São Sebastião (junto à Sé), onde se reconhece claramente um tipo de malha regular em quadrícula formada por ruas paralelas e perpendiculares formando um conjunto de quarteirões, como se verificou para os outros casos.

Conclusão

Relativamente ao desenvolvimento urbano, podemos reconhecer em todas as cidades estudadas, (embora com algumas nuances), três fases de desenvolvimento urbano distintas:

- a primeira fase inicia-se com a chegada dos primeiros colonos e é essencialmente marcada pela existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga e caracteriza-se pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos) através do desenvolvimento da referida rua.
- a segunda fase de desenvolvimento urbano é caracterizada pelo surgimento de um conjunto de ruas paralelas (ruas principais e secundárias), e perpendiculares à primeira (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados, de planimetria rectangular, e uma hierarquia de ruas definida pelas ruas principais e secundárias. Aqui os lotes são estreitos e alongados no sentido da profundidade dos quarteirões ocupando a sua total profundidade. Normalmente, têm todos, as mesmas dimensões e uma frente virada para uma rua principal e a traseira voltada para uma rua secundária onde é reconhecido um tipo de traçado característico das cidades medievais que durante os séculos XIII e XIV

se iam construindo no continente;

- a terceira fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente uma forma quadrangular, e onde a hierarquia das ruas anteriormente verificada desaparece para dar lugar a uma nova forma onde as frentes dos lotes dão para as ruas e as traseiras para os interiores dos quarteirões organizando-se costas com costas. Aqui os traçados são influenciados pelo modo de fazer cidade no continente português no século XV e XVI, onde a influência da teorização acerca da cidade ideal renascentista tem um papel importante.

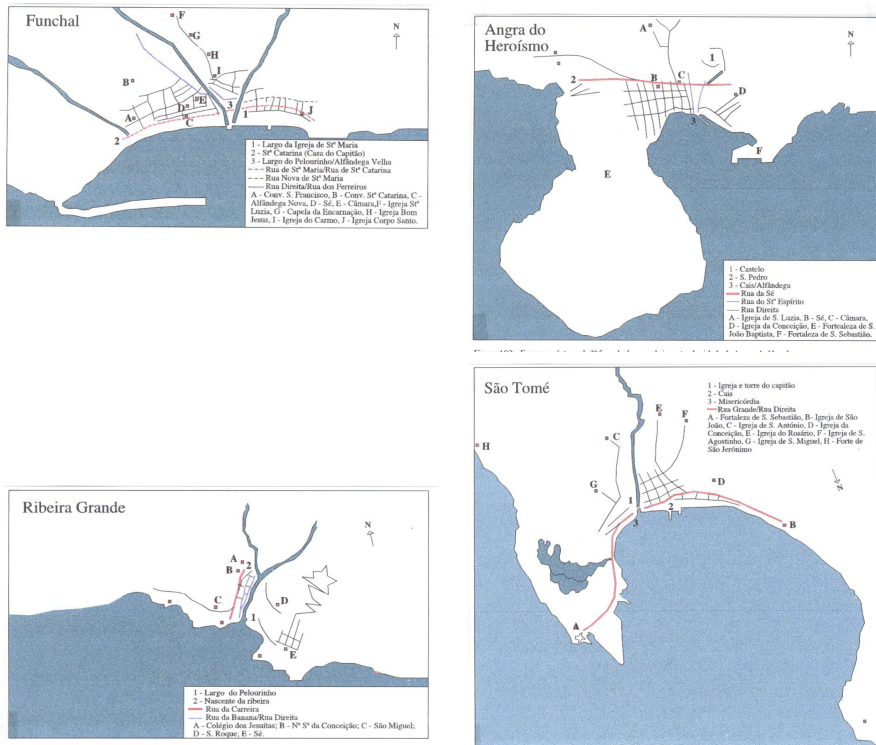


Figura 10 – Plantas síntese das quatro cidades – Funchal, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e São Tomé, indicando esquematicamente os principais edifícios institucionais e o traçado urbano; (desenhos da autora).

Dada a análise comparativa realizada acerca da evolução do traçado urbano e de alguns elementos da morfologia do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos), para as quatro cidades, apreendeu-se um conjunto de traços comuns que permitem colocar a cidade de São Tomé no quadro das cidades insulares de origem portuguesa.

Referências

- Albuquerque, L., (dir.) (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Ambrósio, A. (1984). *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Aragão, A. (1979). *Para a História do Funchal, Pequenos Passos da sua Memória*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Barleus, G. (1980). *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, (Tradução de Cláudio Brandão) Recife.
- Brásio, A. (coligida e anotada) (1955). *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, (III, V e VI).
- Caldeira, A. M. (1997). *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S. Tomé e Príncipe (Séculos XV e XVIII)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Camara, T. B. (1989). Urbanismo Angrense. Da Fundação Quatrocentista à cidade do Renascimento. *Revista do I.C.A.L.P.*, 18, pp. 108-116.
- Carita, Rui (1984). *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1562) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)* (pp. 47-73). Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação.
- Cortesão, A. (dir.) (1987). *Portugalia e Monumenta Cartografica*, (reprodução Fac-similada da edição de 1960). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cortesão, A. (1971). *Descobrimento e Cartografia das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*, LXII. Coimbra: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigação do Ultramar.
- Costa, A. A. (1989). Valores permanentes da Arquitectura Portuguesa. *Vértice*, série 19, II.
- Facundes, J. (1990). Ribeira Grande: a Cidade Velha. *Oceanos*, 5, pp. 78-84.
- Fernandes, J. M. (1989). O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico estudo comparativo e de enquadramento histórico-cultural. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (pp. 247-260). Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração da Madeira.
- Fernandes, J. M. (1989). *Angra do Heroísmo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fernandes, J. M. (1992). *Cidades e casas da Macaronésia, evolução do território e da Arquitectura Doméstica das Ilhas atlânticas sob influência portuguesa - Quadro Histórico do séc. XV ao séc. XVIII*, (tese de Doutoramento). Lisboa: F.A.U.T.L.
- Fernandes, J. M. (1987). O lugar da cidade portuguesa. In *Povos e Culturas 2 - A Cidade em Portugal: Onde se Vive*, 2, pp. 79-112.

- Fernandes, V. (1940). *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, (Leitura e Revisão de Provas de António Baião). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Gaspar, J. (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra*, IV (8), pp. 198-215.
- Henriques, I. C. (1989). *Formas de Intervenção e de organização dos Africanos em São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Separata nº 51. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 797-831.
- Lima, J. J. L. L. (1844). *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Occidental e Oriental; na Ásia Occidental na China, e na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Matos, R. J. C. (1916). *Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernão Pó*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Murias, M. (1939). *Cabo Verde. Memória Breve*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Pereira, D. P. (1988). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Portas, N. (1995). Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In *Estudos de História de Arte (Homenagem a Artur Nobre Gusmão)*. Lisboa: Veja.
- Ribeiro, O. (1962). *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Ribeiro, O. (1985). *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX: Estudo Geográfico*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Ribeiro, O. (1994). *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Rossa, Walter (1995). A cidade portuguesa. In Pereira, P. *História da Arte Portuguesa* (pp. 233-323), (III). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Silva, A. C. (1990). Os fundamentos do povoamento. *Oceanos*, (5), 69-75.
- Silva, F. A. da S. & Meneses C. A. (1984). *Elucidário Madeirense*, Edição fac-símile da edição de 1946. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, T. M. (1999). *Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares de Origem Portuguesa*. (Tese de Mestrado – texto policopiado), Lisboa: ISCTE.
- Silva, T. M. (1999). Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. In *Actas do Colóquio Internacional A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português – 1415 – 1822* (pp. 247-264). Coimbra: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Silva, T. M. (2011). *A Cidade de São Tomé*. In Fernandes, José Manuel (coord.), *África – Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa* (pp. 37-49). Lisboa: Caleidoscópio.
- Teixeira, M. C., Valla M. (1998). *O Urbanismo Português. Séculos XIII - XVIII. Portugal - Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tenreiro, F. (1956). *Cabo Verde e S. Tomé esquema de uma evolução conjunta. Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação: Separata* (pp. 12-17). Lisboa: publicação da Imprensa Nacional.

Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tomé*. (24). Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.

Cartografia

[Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; In A.H.U., c. m., nº176.

Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido. In Gaspar Barleus, "História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil", Recife, 1980.

Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de N^a Senhora da Graça, (1646 Dezembro 16), A. H. U. c. m., nº 170.

Planta da Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé), 1889, escala 1: 5000, in A. H. U., c.i., nº 239.

Planta da Cidade de S. Tomé (1916), escala 1:5000. "Redução feita no grupo de trabalho de Cartografia e Cadastro de S. Tomé e Príncipe em Abril de 1965, da antiga planta da cidade de S. Tomé levantada na escala de 1:1000 no ano de 1916..." Origem: S.C.O.T.R.D.S.T P.